

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

InformANDES

Informativo

Nº 116

Brasília (DF)

Maior de 2021



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

QUEREMOS



**VACINA, PÃO,
SAÚDE E EDUCAÇÃO!**

**A EDUCAÇÃO
PRECISA
RESISTIR!**

**RESISTIR!
PRECISA
A EDUCAÇÃO**

Bala, Fome e Covid: precisamos barrar este genocídio

Dia 19 de Maio deu o caminho do retorno às ruas! 29 M será maior!

Já são mais de 450 mil brasileiros e brasileiras que tombaram vítimas da Covid e do descaso do governo. A CPI da Covid tem escancarado, todos os dias, o projeto perpetrado por Bolsonaro e seus aliados, desde a falta de planejamento e destinação de recursos ao combate da doença, passando pela não aquisição de materiais de consumo e vacinas, ao negacionismo e o anticientificismo. Perde-se vidas, neste país, por bala, fome e Covid. É por isso que a Chacina do Jacarezinho não pode ser esquecida, pois revela a face mais cruel da política genocida e racista do Estado burguês brasileiro.

No Congresso, os setores retrógrados que sustentam o governo de Bolsonaro avançam nos ataques aos direitos sociais e seguem “passando a boiada”. Acelerou-se a discussão da PEC 32-Reforma Administrativa, que corresponde ao desmonte dos serviços públicos e transforma o Estado num grande balcão de negócio e cargos. O Projeto de Lei 5595/20 transforma a educação em serviço e impõe o retorno de aulas presenciais mesmo no pico da pandemia. Aceleraram-

se também as privatizações que, entre outras, de imediato atingem a Eletrobrás e os Correios. Nosso patrimônio público está sendo entregue aos interesses do setor privado, que terá alta lucratividade ao passo que a população ficará com o ônus de pagar literalmente a conta – neste caso, da luz – muito mais cara.

Foi por isso que durante a semana de luta das Iles e Imes (18 a 21 de maio), o ANDES-SN construiu o 19M, o Dia Nacional em Defesa da Educação Pública “A Educação Precisa Resistir”, que foi abraçado e reforçado também pela Fasubra, Sinasefe, Fenet e UNE. Nesse dia de luta, as seções sindicais realizaram atos simbólicos nas portas das universidades, faixas, carreatas e marchas, mostrando a disposição de retomar a luta nas ruas. Um impulso para construirmos com demais entidades e fóruns um grande dia de luta pelo Fora Bolsonaro, o 29M. O Museu Nacional de Brasília foi colorido com uma grande projeção do ANDES-SN denunciando os ataques e reivindicando nossa história de luta em

defesa das Universidades, Institutos Federais e Cefets.

Contudo, o movimento de luta nas universidades, institutos e cefets precisa se intensificar. Os cortes orçamentários realizados por Bolsonaro e pelos seus aliados nos estados colocam em risco a continuidade das nossas instituições de ensino. Enfrentamos ainda a realidade das universidades e institutos sob intervenção e tentativas monocráticas e autoritárias de alterar os estatutos sem respeitar qualquer discussão com as comunidades universitárias.

Se maio iniciou com o 1º de Maio, histórico dia internacional de luta da classe trabalhadora, também no dia 18 recordamos os 150 anos da Comuna de Paris, movimento que Karl Marx chamou de ‘o primeiro governo operário da história da humanidade’ e que até hoje muito nos inspira e nos ensina.

Precisamos barrar este genocídio. Dia 19 de Maio deu o caminho do retorno às ruas! 29 de maio será maior! Nos forjamos historicamente nas ruas e a elas precisamos retornar!

DIA 29,
A LUTA É NA RUA

#FORABOLSONAROEIMOURÃO

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Comuna de Paris completa 150 anos

Experiência levantou questões que hoje são referências para o estudo da teoria política e de organização social



Foto: Reprodução

Em 18 de março de 1871 iniciou-se um levante por toda Paris. Na data, os revoltosos organizaram a capital francesa por distritos e por comitês populares, elegendo pelo voto direto o Conselho da Revolução, formado por uma guarda nacional. Foi então instituída a Comuna de Paris, movimento que Karl Marx chamou de ‘o primeiro governo operário da história da humanidade’. Nesse processo, que durou 72 dias, questões que hoje são referências para a teoria política e para a construção de ideias sobre o Estado, sobre governos e sobre revoluções, vieram à tona.

O cientista político e professor de História Política da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e 1º vice-presidente do ANDES-SN, Milton Pinheiro, explica que, na época, a França era produto das circunstâncias da guerra franco-prussiana, uma vez que, a partir do momento em que as tropas do imperador francês Luís Napoleão foram derrotadas na batalha de Sedan, tropas prussianas cercaram Paris e a invadiram.

“O governo do imperador Luís Napoleão foi esfacelado e constituiu-se um governo provisório que capitulou diante da ocupação. Nesse momento, um conjunto importante de lutadores e lutadoras sociais resolveu tomar para si a resistência à invasão e ocuparam a cidade. Esses revoltosos, que inclusive tinham em sua linha frente uma mulher, Louise Michel, tomaram os canhões das tropas governistas, fuzilaram os dois generais que lideravam essas tropas e persuadiram os soldados a passar

para o lado dos trabalhadores. A partir desse momento, os trabalhadores adotam o nome de comunardos”, conta.

Forma de organização

O comando passou então a ser executado por um poder único, ou seja, quem faz as leis não apenas legisla como também executa, formato distinto do que existe no pensamento liberal, em que há divisão dos poderes judiciário, executivo e legislativo. “Essa foi uma medida extremamente importante para dar a característica de classe e de trabalho a essa revolução, na qual todos ganhavam um salário médio de um trabalhador francês da época. Não havia ganho maior nem menor, todos recebiam o mesmo salário, independente da qualificação profissional”, esclarece Pinheiro.

De acordo com dados históricos, apesar da cidade de Paris ser extremamente violenta e sofrer com a fome, durante os 72 dias da Comuna não houve registro e comprovação de nenhum ato de agressão de cidadão contra cidadão, como assassinato, estupro ou qualquer forma de violência como conhecemos hoje.

O Estado Comunal decretou ainda que a Igreja deveria se voltar ao ambiente do claustro, e o Estado passou a ser laico. A educação deixou de ser confessional, se tornando uma opção republicana de todos. As fábricas foram ocupadas pelos trabalhadores, que começaram a administrá-las a partir das decisões coletivas sobre o que produzir e como distribuir essa produção. Ao mesmo

tempo, o conjunto de leis instituídas era extremamente progressista para a época, inclusive na questão do divórcio e do papel da mulher nessa nova ordem.

Curta experiência da Comuna

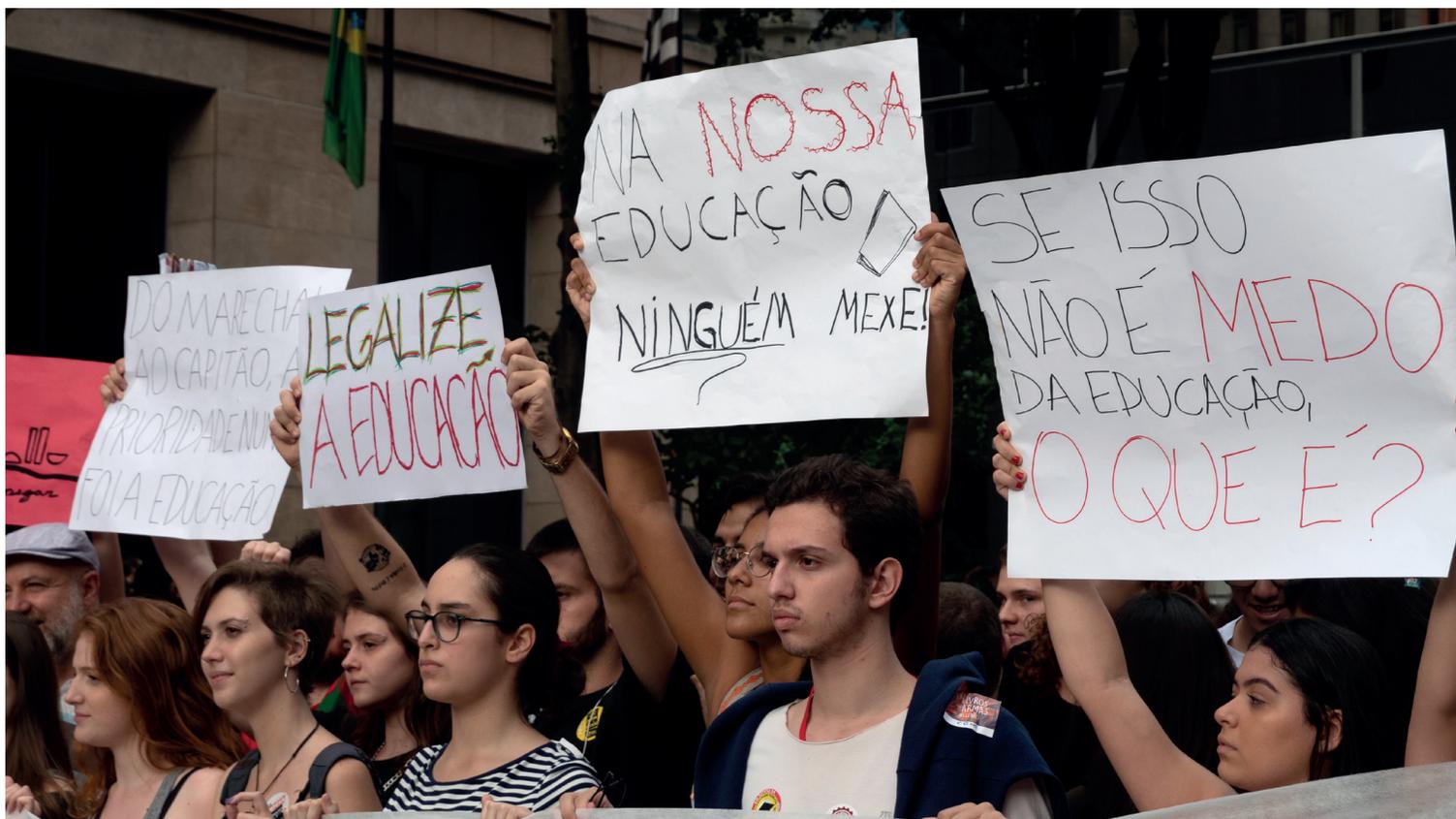
As tropas prussianas, que haviam detido os inimigos do governo provisório, procederam uma rearticulação e ambos os lados da guerra recém-encerrada se uniram para atacar os comunardos. Foram, então, realizadas uma série de batalhas violentas, concluídas nos últimos dias de maio, na que ficou conhecida como semana sangrenta. O saldo foi de mais de 40 mil mortos, assassinados pelo governo provisório e pelos prussianos.

“Em Paris, um pouco depois da estação de metrô Stalingrad, no cemitério Père Lachaise, há um muro chamado de ‘Muro dos Comunardos’, onde as tropas provisórias os levavam para serem fuzilados e não terem o trabalho de carregar os corpos, que eram em quantidades absurdas e marcaram fortemente a história da França”, conta o professor Milton Pinheiro, que informa ainda que uma quantidade imensa de pessoas foi degredada para as colônias francesas. Foram presos mais de 30 mil derrotados da Comuna de Paris.

Legado

Pinheiro destaca a grandiosidade da experiência. “A Comuna de Paris foi uma forma de organização popular extremamente avançada para o seu tempo. Ela estabeleceu um tipo de Estado e de governo de uma forma organizativa que unificava os poderes. Também foi extremamente evoluída nos conceitos do trabalho, educação e do papel da mulher na sociedade. Durante o período, tivemos algo que o pensamento marxista considera uma inédita experiência operária de revolução, a primeira revolução proletária da história da humanidade”, descreve.

Ao final de seu livro “A Comuna de Paris”, Karl Marx registra que “a Paris operária, com a sua Comuna, será sempre celebrada como o glorioso introito duma sociedade nova. A recordação dos seus mártires conservar-se-á piedosamente no grande coração da classe operária. Aos seus exterminadores, a história pregou-os já ao eterno pelourinho, e nem sequer todas as preces dos seus padres os conseguirá remir”.



Ato em defesa da Educação Pública, em maio de 2019

Em plena pandemia, reitorias tentam alterar normas das universidades **sem participação da comunidade**

As reitorias de algumas universidades federais têm realizado tentativas monocráticas e autoritárias de alterar os estatutos e os regimentos gerais das instituições de ensino superior (IES) públicas, que são responsáveis por regulamentar e normatizar o funcionamento administrativo e estrutural das universidades. Sem amplo diálogo com a comunidade acadêmica e a sociedade, as gestões têm se aproveitado da pandemia da Covid-19 para alterar as normas e, em alguns casos, aprovar projetos estruturais nas instituições sem o aval dos conselhos universitários.

Um caso que ganhou repercussão foi o da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). De forma repentina, no dia 1º de abril o reitor, Marcelo Turine, enviou uma minuta de alteração do estatuto para ser debatida e votada até o dia 8 de abril. Uma das sugestões alterava as regras estabelecidas no artigo 207 da Constituição Federal ao acrescentar ao tradicional tripé pesquisa, ensino e extensão – indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem – os termos “empreendedorismo e inovação”. Além disso, a reitoria propôs a captação

de recursos financeiros por meio de fundos patrimoniais, o que abriria espaço para os interesses privados dentro da instituição federal de ensino (IFE) superior, atacando a autonomia e a produção acadêmica e científica da UFMS. Também foi sugerida uma modificação no plano de saúde dos servidores, retirando uma série de acessos aos beneficiários durante a maior crise sanitária da história brasileira, entre outras mudanças.

A intensa mobilização realizada pela comunidade acadêmica nas redes sociais e na mídia local resultou no recuo temporário da reitoria da UFMS, que concordou em pautar o tema no Consun. Logo após o episódio, uma consulta virtual foi aberta no site da instituição para receber contribuições sobre alterações no estatuto e também foi criada uma Comissão de Revisão e Consolidação das propostas para debater as mudanças com a comunidade.

“A gestão reconheceu a necessidade de realizar um debate para apreciar a alteração do estatuto na envergadura que estava sendo proposta. Essas mudanças trarão impactos para a comunidade universitária e a sociedade em geral,

porque ferem gravemente não apenas a legislação, mas o caráter público da instituição e o seu princípio norteador”, afirmou Marco Stefanés, presidente da Associação dos Docentes da UFMS (ADUFMS – Seção Sindical do ANDES-SN).

Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) a comunidade universitária foi surpreendida no dia 20 de abril, véspera de feriado, com a notícia de que haveria análise e votação de alterações no estatuto e regimento geral da universidade na sessão do Consun do dia 27 de abril. A proposta do reitor Natalino Salgado mobilizou as e os docentes, discentes, técnicos, técnicas e diversos setores da sociedade, que realizaram assembleias conjuntas e elaboraram estratégias para cancelar a reunião. Uma das ações foi contatar as conselheiras e os conselheiros membros do Consun e alertá-los sobre os vícios dos métodos adotados tanto nos trâmites, por não contemplarem o devido processo de uma Estatuinte, quanto no conteúdo proposto.

Nas redes sociais, os manifestantes denunciaram a tentativa autoritária da universidade com a mensagem #CancelaConsun e o tema ganhou visibilidade. A Associação de Professores

da UFMA (Apruma SSind.) emitiu uma nota pública, veiculada na televisão, alertando toda a sociedade maranhense. Com a repercussão da mobilização, a reitoria cancelou a reunião do Consun um dia antes, sob a alegação de que estabeleceria um cronograma para a consulta dos documentos e consequente deliberação coletiva em uma nova sessão do Consun, a ser marcada. No mesmo dia, a seção sindical do ANDES-SN foi comunicada sobre a decisão proferida pela 13ª Vara Federal de São Luís, que atendeu ao pedido do Sindicato e determinou ainda que a UFMA se abstenha de remarcar a referida sessão extraordinária antes de corrigir as irregularidades apontadas na decisão judicial. Para a Justiça, ao incluir na mesma sessão a apreciação e votação das propostas de alteração dos dois documentos, a reitoria violou artigos do próprio estatuto vigente.

Bartolomeu Mendonça, presidente da Apruma SSind., contou que, em poucos dias, a comunidade acadêmica realizou uma grande mobilização em diversos campi da universidade e junto à sociedade. “Não pode haver nenhuma mudança sem as condições reais de participação de todas e todos. A democracia universitária tem que ser vivida plenamente e os órgãos colegiados das unidades acadêmicas entenderam isso. Agora permanecemos mobilizados, dando continuidade às assembleias, construindo plenárias com

participação de toda a comunidade universitária e da sociedade para que possamos pensar os rumos da nossa universidade”, disse.

De acordo com Gustavo Seferian, encarregado de Assuntos Jurídicos do ANDES-SN, para ocorrer uma mudança estatutária é preciso um debate com a participação de todos os segmentos das universidades. “O processo que vem se estabelecendo não é fruto da mobilização social, não é resultado de lutas por ampliação de participação de algum segmento, mas sim de um recrudescimento autoritário e privatista”, explicou. Para ele, o método adotado por muitas instituições tem sido “excludente”.

“Qualquer alteração não deve ser dada de uma forma expressa, de um modo executivo. É necessário fazer audiências públicas, discussões coletivas, criação de instâncias, grupos de trabalho para tratar dos mais diversos aspectos e com a participação ampla da comunidade universitária, afirmando sempre o projeto de universidade que seja de fato uma expressão de uma comunidade universitária diversa”, completou o encarregado.

Desrespeito ao Consun

Já na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o reitor Carlos Bulhões e a vice-reitora Patrícia Pranke, interventores nomeados pelo governo Bolsonaro, têm operado mudanças estruturais sem diálogo

com as instâncias e os segmentos da instituição. Em março deste ano, o Consun deliberou contrariamente às alterações, fusões, criações e extinções nas pró-reitorias, órgãos e setores da UFRGS, com base no parecer da Comissão Especial do conselho, que apontou ausência de justificativas científicas e práticas para tais mudanças e a necessidade de revogação. A Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ANDES-SN/UFRGS) e outras entidades publicaram uma nota conjunta exigindo respeito à autonomia e o cumprimento da decisão do Consun, que é o órgão máximo deliberativo da universidade. A comunidade acadêmica tem realizado diversas manifestações para cancelar as mudanças e destituir a dupla interventora.

Para Gustavo Seferian, as mobilizações são importantes para impedir internamente as ações dos interventores, a agenda bolsonarista de privatização nas IFE e as condutas autoritárias das reitorias, que têm desconsiderado a comunidade acadêmica e suas instâncias deliberativas internas. “É cada vez mais urgente, nessas universidades que sinalizam alterações estatutárias, a nossa participação, com a mobilização das seções sindicais, professoras e professores, para inibir internamente esse processo de condutas autoritárias, antidemocráticas e que desconsideram as reivindicações de docentes, estudantes, técnicos e técnicas”, ressaltou.

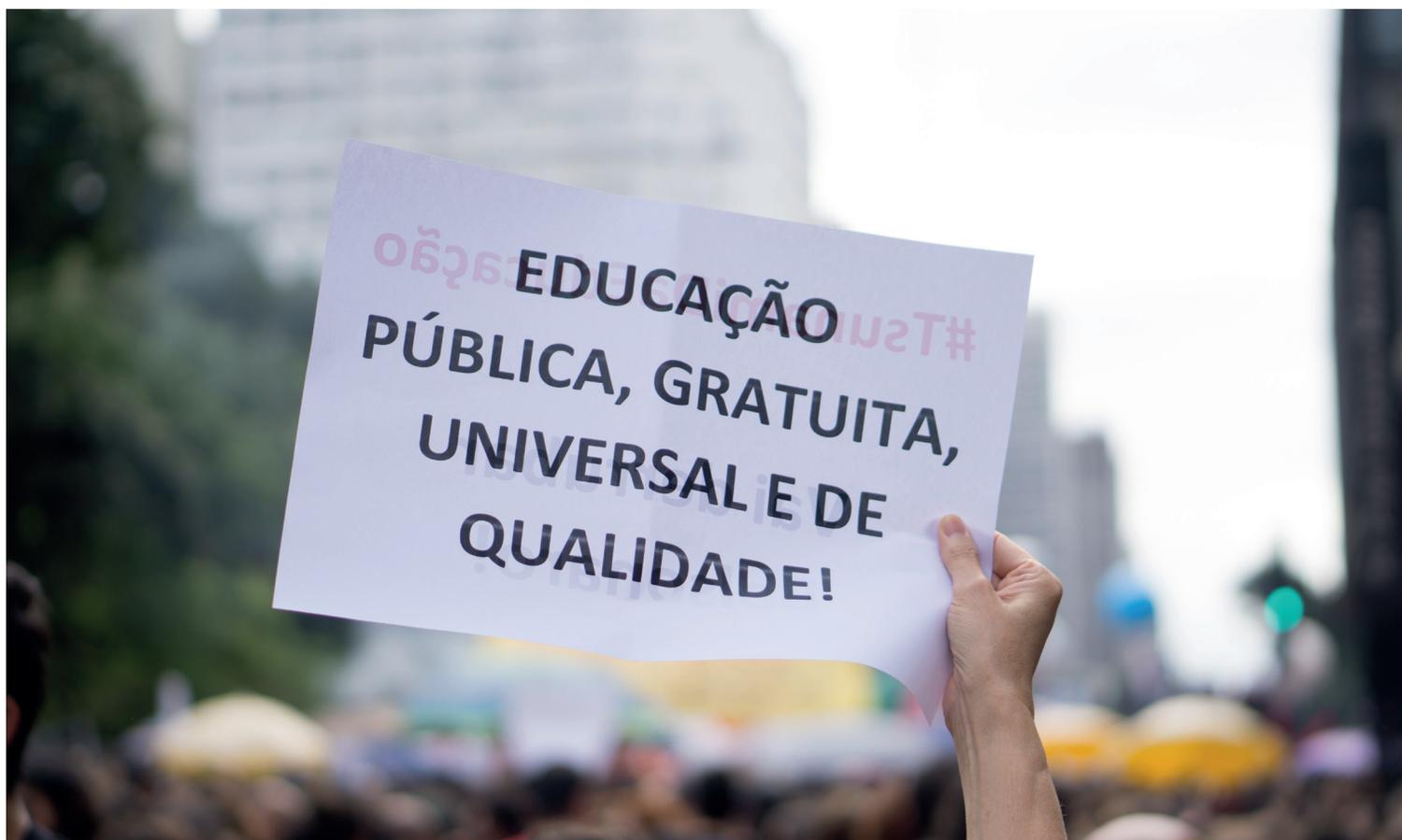




Foto: SHUTTERSTOCK

Orçamento sancionado por Bolsonaro **ameaça futuro do ensino público federal**

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a Educação é um direito de todas e todos e um dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Contudo, para que a legislação saia do papel e seja integralmente cumprida, são necessárias ações e, sobretudo, investimentos para que a Educação, no caso, seja, de fato, um mecanismo capaz de transformar a sociedade e fazer do Brasil um país mais justo e igualitário.

Na contramão do que está explícito na Constituição Federal, tem caminhado - a passos ligeiros e largos - o governo de Jair Bolsonaro. O atual presidente do país segue promovendo um contínuo desmonte na Educação brasileira como mostra, mais recentemente, a Lei Orçamentária de 2021, sancionada

no final de abril. A norma, que fixa as despesas e estima as receitas de todo o governo federal para o ano corrente, recebeu vetos e bloqueios, prejudicando majoritariamente o já acanhado trabalho do Ministério da Educação (MEC). A pasta chefiada pelo ministro Milton Ribeiro foi a mais sacrificada pelo governo federal, com o congelamento de R\$ 2,7 bilhões das verbas discricionárias.

Ao explicar as razões dos vetos e bloqueios da Lei Orçamentária, o presidente da República esclareceu que estudos técnicos da equipe econômica indicavam uma insuficiência de espaço no teto de gastos para atender despesas obrigatórias e do orçamento impositivo.

No entanto, a política de cortes vem sendo aplicada por Bolsonaro desde sua chegada ao Palácio do Planalto, em janeiro de 2019, precarizando não apenas a Educação, mas outros serviços essenciais para o Brasil e para os brasileiros. “Tendo em vista

os orçamentos anunciados por Jair Bolsonaro desde sua posse, é possível perceber uma redução substancial nos valores destinados aos serviços fundamentais para a população, a exemplo da Educação e da Saúde. Para evitar a repetição desse cenário, foi formada uma resistência, dentro do Congresso Nacional, na Comissão Mista de Orçamento, para que não ocorressem aumentos nos cortes. O governo simplesmente ignorou essa manifestação e tem tratado outras áreas, como o Ministério da Defesa, como prioridade”, observa Anderson Alves de Souza, assessor parlamentar do ANDES-SN.

Cientista político atuante dentro do Congresso Nacional, Anderson conta que ao analisar a articulação política para conter a drenagem de recursos da Educação não esperava que a situação orçamentária das universidades federais brasileiras chegaria ao limite em um curto espaço de tempo.

Risco para as universidades

O reflexo dos vetos e bloqueios não demorou muito para aparecer. Menos de 30 dias após o orçamento ter sido sancionado, o bloqueio bilionário imposto pelo governo à Educação começou a levantar preocupação acerca do futuro das 69 universidades federais instaladas no país. Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), para 2021, o orçamento previa o corte de R\$ 1,2 bilhão em verbas discricionárias, valor utilizado para custear o pagamento de despesas como água, luz e limpeza e manutenção da infraestrutura. Associado a isso, houve, ainda, o bloqueio de 13,8% sobre o total do orçamento aprovado para este ano. Somado ao congelamento de R\$ 2,7 bilhões, restou um total de R\$ 4,3 bilhões para todas as instituições manterem suas atividades essenciais. O valor é a metade do que o registrado cinco anos atrás.

A ausência de recursos financeiros levou algumas instituições de ensino a informarem publicamente que suas atividades estavam comprometidas e poderiam ser encerradas até o fim do ano, o que provocaria a interrupção de trabalhos de pesquisas, de atividades de ensino e de ações de enfrentamento à pandemia. Além disso, a redução de verba ameaça a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e também pode comprometer o funcionamento de hospitais universitários, já que parte deles depende dos recursos destinados às instituições.

Entre as universidades afetadas pela falta de recursos que anunciaram a possibilidade de parar suas atividades estão a Federal do Rio de Janeiro

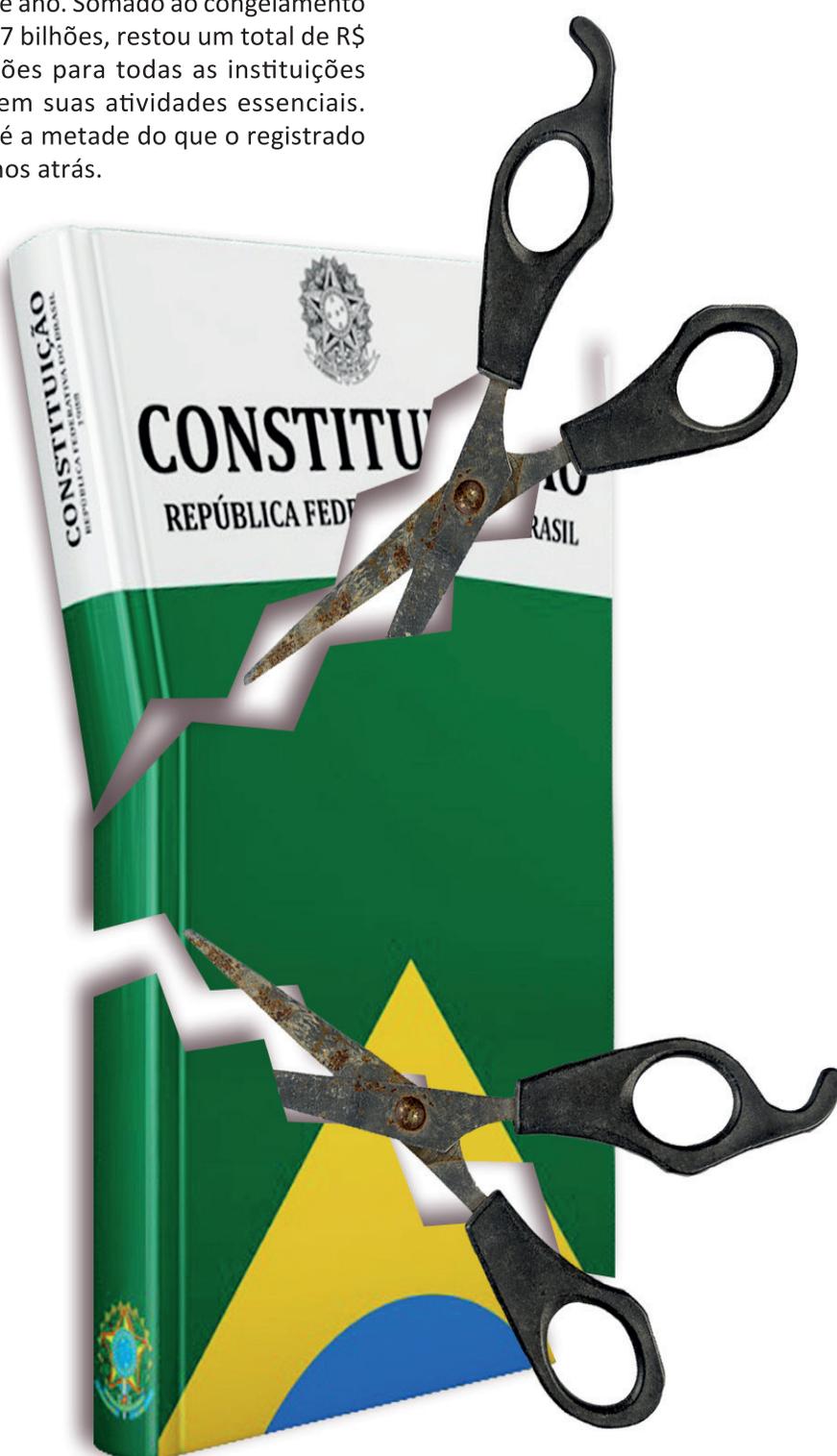
(UFRJ), Federal de São Paulo (Unifesp), Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal de Brasília (UnB) e Federal de Pernambuco (UFPE).

Com o agravamento da situação em todo o país, teve início uma forte pressão, nas redes sociais e dentro do parlamento, que levou o governo federal a liberar, no dia 14 de maio, um total de R\$ 2,61 bilhões para as universidades federais. O valor fazia parte do montante congelado e a sua liberação estava condicionada à aprovação do Congresso Nacional. Contudo, diante da pressão das instituições que corriam risco de paralisar atividades, o MEC anunciou que conseguiria remanejar o recurso por meio de uma portaria governamental.

“Embora ainda vivenciemos uma pandemia que não nos permite organizar um movimento de resistência presencial como queríamos, a pressão das universidades foi efetiva para reverter um pouco esse cenário desagradável aprofundado por Bolsonaro. Portanto, a pressão precisa continuar sendo realizada e organizada dentro das reitorias, das universidades, envolvendo professores e estudantes a fim de consolidar um movimento de defesa do ensino público e evitar que situações como essa se repitam. Temos que defender a Educação cobrando o MEC, o Ministério da Economia, a presidência da República e também o Congresso Nacional”, salienta Anderson Alves.

A liberação desse montante renova, segundo a Andifes, o fôlego das universidades. No entanto, a entidade reitera que as instituições precisam dos valores que ainda estão contingenciados e de um projeto de lei para recompor o orçamento discricionário, pelo menos, ao nível de 2020, no valor de aproximadamente R\$ 5,6 bilhões.

O assessor parlamentar do ANDES-SN, compartilha da mesma opinião e chama a atenção para ações formuladas pela bancada de apoio de Jair Bolsonaro que constantemente tenta ludibriar movimentos sindicais com a criação de propostas, ou mesmo com declarações polêmicas na imprensa. “A luta por mais investimentos na Educação precisa ser contínua. A pressão e a articulação junto aos parlamentares no Congresso Nacional deve ser constante e não podem ficar em segundo plano para nenhuma cena teatral montada pelo governo. Os nossos olhos não podem se desviar daquilo que é importante, ou seja, as melhorias para a Educação pública de qualidade”, completa Anderson.



Governo Bolsonaro e setores retrógrados da Câmara **aceleram ataques ao povo brasileiro**

O presidente Jair Bolsonaro e setores retrógrados do Congresso Nacional continuam preparando ataques aos direitos do povo brasileiro e buscam cada vez mais acelerar essas investidas e “passar a boiada”. Estão em discussão no Legislativo brasileiro a PEC 32, da Reforma Administrativa, o Projeto de Lei 5595/20 para o retorno

de aulas presenciais mesmo no pico da pandemia, o PL da Lei de Segurança Nacional, a MP que altera cargos e funções e as privatizações dos Correios, da Eletrobras e da EBC.

Nas propostas, nada sobre vacinas e auxílio emergencial, apenas as medidas para privatizações, corte de direitos, redução do papel do Estado na garantia de serviços

e políticas públicas, favorecimento aos bancos, concentração de renda e aumento da desigualdade.

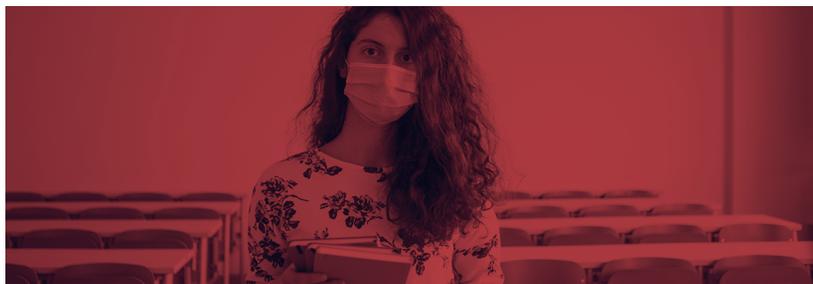
Em fevereiro, no início do ano Legislativo, o presidente utilizou seu discurso para destacar as propostas que o Executivo considera mais importantes e pediu apoio dos parlamentares na investida à soberania nacional e aos direitos sociais da classe trabalhadora.

REFORMA ADMINISTRATIVA



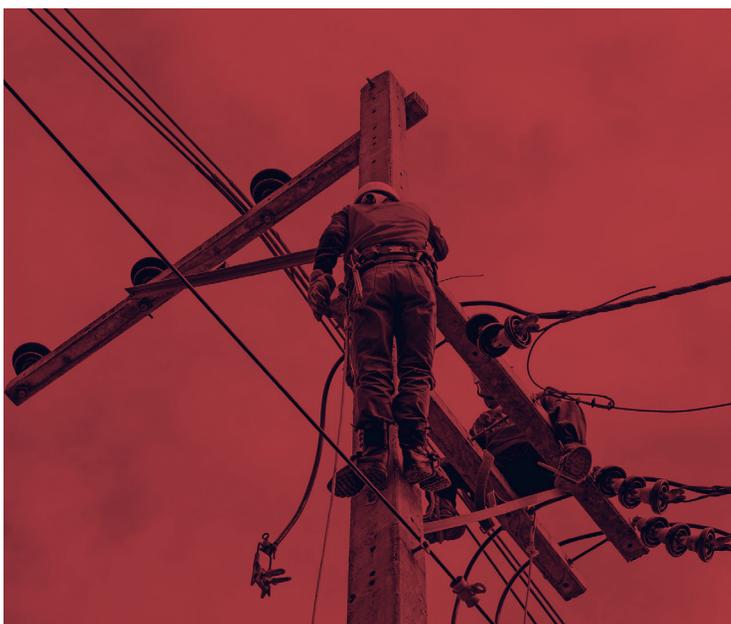
Um dos projetos mais nocivos é a PEC 32/2020, que busca alterar dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modificar a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. Conhecida como Reforma Administrativa, a proposta altera 27 trechos da Constituição e introduz 87 novos, incluindo quatro artigos inteiros. As principais medidas abordam a contratação, a remuneração e o desligamento de trabalhadores do serviço público.

PL 5595



Em pleno pico da pandemia de Covid-19, o governo pretende passar o PL 5595/2020, que permite o retorno das aulas presenciais mesmo antes da imunização de todos os profissionais da educação. O projeto impede a suspensão das atividades presenciais em escolas e instituições de ensino superior públicas e privadas. De acordo com a proposta que está em análise na Câmara dos Deputados, as atividades educacionais passarão a ser consideradas como serviços e atividades essenciais, devendo ser exercidas presencialmente mesmo durante o enfrentamento de pandemias, emergências e calamidades públicas.

PRIVATIZAÇÕES



As privatizações que também estão na mira têm o poder de tirar diversos outros direitos do povo brasileiro e de trabalhadores e trabalhadoras das empresas públicas. Sobre a privatização da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o próprio governo Bolsonaro declarou que a possibilidade de reaproveitamento dos funcionários em outros órgãos do serviço público está fora dos planos do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia. Como os servidores da estatal são concursados, a concessão da emissora pode abrir uma batalha judicial e se arrastar para o próximo governo federal.

Ainda que o governo tenha conseguido aprovar na Câmara o pedido de urgência do PL 591/2021 por

280 votos a 165, o mérito da proposta pode demorar a ser pautado em plenário. A pressão para barrar a abertura do capital dos Correios, sua venda ou transformação em empresa de economia mista será muito maior daqui pra frente.

No início do mês de maio, em debate na Câmara dos Deputados, parlamentares, representantes do governo, especialistas e dirigentes sindicais apresentaram divergências sobre a terceira tentativa de privatização da Eletrobras. Na segunda quinzena do mês, a Câmara dos Deputados aprovou a MP (Medida Provisória) 1.031/2021, que autoriza a privatização da Eletrobras. Essa privatização, além de impactar a tarifa de energia, pode ser responsável pela demissão em massa no setor elétrico e abrir precedente para a precarização na prestação do serviço. Permitir a privatização das estatais do setor resultará em maior desigualdade social e negará acesso à energia para a população mais pobre do Brasil.

A boiada segue

Também no início de maio, no dia 4, foi aprovado pela Câmara dos Deputados o texto-base do **PL 6764/02**, que revoga a **Lei de Segurança Nacional** (Lei 7.170/1983) e inclui no Código Penal diversos crimes contra o Estado Democrático de Direito. O uso excessivo da LSN tem provocado debate na comunidade jurídica, e a quantidade de inquéritos abertos pela Polícia Federal com base na lei se ampliou durante os dois primeiros anos de governo Bolsonaro. Levantamento realizado pelo jornal Folha de São Paulo mostra que em 2018 foram abertos 18 inquéritos. No primeiro ano sob Bolsonaro, 2019, o número avançou para 26. Já em 2020, foram efetuadas 51 investigações com base na LSN, que remonta à época da ditadura civil-militar (1964-1985).

O povo brasileiro ainda vai enfrentar a **MP 1.042/2021** que, editada pelo governo, dá autorização para que o Poder Executivo reorganize, elimine e transforme sem aumento de suas despesas os cargos em comissão, as funções de confiança e gratificações. Com relação às universidades e a outras instituições federais de ensino, a medida determina que os cargos em comissão e funções de confiança só poderão ser remodelados ou realocados no âmbito da entidade.

A deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) aponta que os projetos de Bolsonaro, além do obscurantismo, pretendem promover o desmonte do Estado brasileiro. “Há um alinhamento político muito grande de setores que apoiam o governo para reconfigurar a lógica do Estado brasileiro. Eles apresentam todas essas reformas que não são novidade na agenda política brasileira e se aproveitam do atual

contexto de pandemia, em que as pessoas estão preocupadas se vão ter o que comer ou como sobreviver, o que torna a situação ainda mais difícil”, explica.

“Na verdade esses projetos não podem ser considerados como reformas pois a denominação alude a mudanças pontuais. Nesses casos, podemos chamar de desmonte, de destruição do Estado e dos serviços públicos brasileiros. A PEC 32, por exemplo, além de se tratar de um ataque aos servidores públicos, também diz respeito ao direito da população brasileira de ter atendimento e usufruir de serviços públicos”, completa a deputada.

Ela conta que os debates sobre esses projetos estão acirrados na Câmara dos Deputados. “Impedir esse tipo de propostas do governo federal e de seus aliados significa a garantia de direitos sociais e de políticas públicas para a população como papel do Estado”, conclui Sâmia.

Por que ir contra os projetos?

PEC 32/2020 - Altera dispositivos sobre servidores públicos e modifica a organização da administração. O objetivo é reduzir o papel do Estado na garantia de serviços públicos, o que prejudicará os mais pobres, que mais precisam destes serviços. A proposta planeja o Estado mínimo para o povo e máximo para os ricos.

Privatização dos Correios – Além da precarização do trabalho nas instituições, que o governo planeja privatizar, há grande possibilidade de aumento das tarifas e de um apagão postal nos rincões do País, onde as atividades poderão ser interrompidas por não serem lucrativas.

Privatização da Eletrobras – A estatal é responsável por um terço da

produção de energia no país. Um grande exemplo do risco que isso significa é o apagão ocorrido no Amapá, no final do ano passado. Essa privatização expõe o Brasil a alto risco socioambiental. A estatal tem 47 barragens hídricas e há o risco da segurança se deteriorar após as privatizações, como nos casos de barragens de mineração em Mariana e Brumadinho.

Privatização da EBC – A comunicação pública é a melhor forma da população se informar, livre dos compromissos entre mídias e setores que aplicam dinheiro nos anúncios. Os conteúdos não têm apelo comercial e pautam temas de interesse público, educativos e que contribuem com a formação dos cidadãos.

PL 5595/2020 – Esse projeto pretende permitir o retorno das aulas presenciais sem a imunização dos profissionais da educação e prioriza os interesses de empresários de instituições particulares, que não precisarão paralisar as atividades mesmo em situações de emergência.

PL da LSN – A nova lei usa do punitivismo e repressão, além de reeditar dispositivos da Lei de Segurança Nacional como na época da ditadura civil-militar. O texto mantém problemas como o de escalas penais altas e desproporcionais, e violação ao princípio da reserva legal com tipos penais abertos, que são um convite para aprofundar a seletividade do Estado penal.

MP 1.042/2021 – Além de autorizar que o Poder Executivo crie e altere denominações de secretarias por meio de ato governamental, permite a reorganização, extinção e transformação de cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

**Com informações da Agência Câmara de Notícias*

Docentes realizam Dia Nacional de Luta “A Educação precisa resistir” na Semana de Lutas do Setor das Iees e Imes



Foto: ASUBER

As seções sindicais do ANDES-SN realizaram, no dia 19 de maio, o Dia Nacional de Luta “A Educação precisa resistir”, que contou com a unidade de diversas categorias de profissionais da área da Educação e estudantes. A data coincidiu com o momento crucial da possibilidade da reabertura de escolas, universidades, institutos e Cefet na pior fase da pandemia da Covid-19 e com os cortes e contingenciamentos orçamentários. A mobilização foi uma deliberação dos Setores das Instituições Federais (Ifes), Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes) do Sindicato Nacional e integrou a Semana de Lutas do Setor das Iees e Imes.

Os atos, realizados em diversas cidades brasileiras, foram transmitidos ao vivo pelo ANDES-SN, Fasubra, Sinasefe, UNE e Fenet e contaram com participações de representantes das entidades, das centrais sindicais, de parlamentares, das e dos reitores das instituições afetadas pelos cortes, de entidades da Educação Básica e do Fonasefe. Além disso, as trabalhadoras e os trabalhadores da Educação levantaram nas redes a *hashtag* (em português, palavra-chave) #aeducaçãoprecisaresistir, com informações acerca dos ataques à educação pública brasileira.

No período da noite, o ANDES-SN projetou no Museu Nacional, em Brasília, uma série de mensagens, entre elas “A Educação Precisa Resistir”, “Em defesa da Vida. Contra o PL 5595”, “Fora Reitores Interventores”, “Vacina, Pão, Saúde e Educação!”, “Revogação da Portaria MEC 983/20 das atividades docentes”, “Serviço Público para a sociedade. Não à PEC 32”.

Semana de Lutas

A Semana de Lutas do Setor das Iees/Imes ocorreu entre os dias 17 e 21 de maio e teve como marco o dia 19, em consonância com o Setor das Ifes. No dia 18 de maio, a coordenação do Setor das Iees/Imes realizou um debate sobre o financiamento público das universidades estaduais e municipais em tempos de ajuste fiscal, como uma das atividades da Semana de Lutas. A atividade foi um pontapé para as diversas ações que se seguiram no Dia Nacional de Luta “A Educação precisa resistir”.



Foto: Galina Nogueira

No Ceará, universidades estaduais realizaram atos chamando a atenção da sociedade para pautas nacionais, como o PL 5.595/2020 e a PEC 32, e locais, que tratam das condições trabalhistas, salariais e da carreira docente das Instituições de Ensino Superior no Estado. O Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará (Sinduece – Seção

Sindical do ANDES-SN) fixou faixas e protestou em frente à reitoria da Uece. Uma live foi realizada no dia 20 pela Regional Nordeste 1 do ANDES-SN sobre a situação das Instituições Estaduais de Ensino Superior, com representantes das seções sindicais locais.

No Pará, o Sindicato dos Docentes da Universidade do Estado do Pará

(Sinduepa SSind.) realizou um ato, em frente à Secretaria de Planejamento e Administração do Estado, contra o PL 5595/20, por um auxílio permanência digno para estudantes e para que o governo responda à pauta de reivindicações da categoria visto que, há sete anos, 220 professores e professoras aguardam progressão vertical.



Foto: ADUSB

Já as e os docentes das universidades estaduais da Bahia paralisaram as atividades no dia 19 de maio e realizaram diversas ações. A Associação de Docentes da Universidade Estadual De Santa Cruz (Adusc SSind.) realizou a live "O PL 5595 e suas implicações para o retorno das aulas presenciais durante a pandemia". Já a Associação dos Docentes da Universidade

Estadual de Feira de Santana (Adufs-ba SSind.) instalou faixas em frente ao campus central da instituição e em pontos da cidade Feira de Santana. A Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Adusb SSind.) doou 140 cestas básicas para famílias em vulnerabilidade social e a Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia (Aduneb SSind.) realizou um

debate online sobre o PL 5595/20 como parte da programação do Dia Nacional de Luta.

Em Minas Gerais, a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros (Adunimontes SSind.) transmitiu uma live, no dia 19, com a participação de lideranças sindicais, docentes e artistas locais com o objetivo de tratar da precarização, desafios e lutas da educação no estado.



Foto: ASOURJ

No Rio de Janeiro, o dia de paralisação reuniu, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), as e os professores, técnicos, técnicas e estudantes da universidade, do Cefet, do Colégio Pedro II, de outras instituições e de ensino secundário do estado. Durante o ato, foi fixada uma grande faixa com a palavra de ordem “Vacina no braço, comida no prato” na fachada principal de um dos prédios da Uerj. Diretoras da Associação dos Docentes da Uerj (Asduerj SSind.), em entrevista ao programa Conjuntura Live, destacaram que a educação sempre teve um papel de vanguarda na luta e resistência e que continuará contra o governo federal.

Em São Paulo, entidades do Fórum das Seis - que congrega as seções sindicais do ANDES-SN (Adusp, Adunesp e Adunicamp) - e os sindicatos dos trabalhadores técnicos das estaduais paulistas, realizaram uma roda de conversa virtual sobre os ataques às universidades e aos institutos de pesquisa públicos paulistas.

Representantes da Regional Pantanal do ANDES-SN panfletaram, em praça pública na cidade de Cuiabá (MT), uma carta aberta das entidades da Educação de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em que defendem a retomada de atividades presenciais apenas após vacinação em massa da população e as devidas reformas estruturais para adequar as instituições às normas sanitárias. Foram entregues máscaras à população, junto ao material gráfico.

No Dia Nacional de Lutas, o Comando Sindical Docente (CSD) do Paraná e a Regional Sul do ANDES-SN promoveram o Seminário “Aulas Presenciais: a roleta russa do retorno inseguro”, que contou com a realização de conferências e uma mesa de debate com palestrantes especialistas na área de Saúde, Ciências Biológicas e Humanas. Amauri Fragoço, tesoureiro do ANDES-SN, falou sobre a luta do sindicato contra o PL 5595 e as ameaças de retorno inseguro e dos ataques às universidades públicas.

Para Rosineide Freitas, da coordenação nacional do Setor das Iees/Imes do ANDES-SN, as instituições de ensino superior estaduais e municipais são pioneiras no processo de interiorização do Ensino Superior e nas políticas de cotas do país e contribuem profundamente para a formação da classe trabalhadora, no desenvolvimento em pesquisa e no importante trabalho das atividades extensionistas. “A participação das Iees/Imes na construção do Dia Nacional de Luta da Educação nos estados foi significativa e capaz de espriar ações em diferentes campi das capitais e no interior, realizando ações presenciais guardadas as orientações de segurança sanitária. As lutas do Setor, ainda que com especificidades relativas às políticas estaduais, são centrais neste momento pois, em muitas realidades, antecipam a política nacional de retirada de direitos e desmonte dos serviços públicos”, disse.

Com informações das seções sindicais do ANDES-SN

TCU acusa Bolsonaro de não reservar dinheiro para combate à pandemia

Documento que mostra omissão é apreciado pela CPI da Covid



FOTO: JEFFERSON RUI/AGÊNCIA SENADO

A maior crise de emergência sanitária desse século não mereceu uma linha - nem teve um centavo destinado ao seu enfrentamento - no texto do orçamento da União para 2021. O relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) mostra que o governo federal não reservou dinheiro para o enfrentamento da pandemia no presente ano. De acordo com o documento, estados e municípios não haviam recebido nenhum repasse até o fim de março para lidar com a Covid-19.

A CPI da Covid, instalada no Senado Federal, está analisando a omissão. Segundo o TCU, "não constam dotações para as despesas de combate à pandemia" na lei orçamentária de 2021 (LDO) preparada pelo governo. No ano passado, a LDO previa R\$ 63,7 bilhões para o combate direto à crise provocada pelo novo coronavírus.

"O Ministério da Saúde dispõe de R\$ 20,05 bilhões para aplicação direta, em 2021, porém, R\$ 19,9 bilhões estão reservados para despesas relativas à vacinação da população", diz o TCU no relatório. "Tal situação mostra-se preocupante, ainda mais nesse cenário de recrudescimento da contaminação e mortalidade", completa, afirmando que tal conta demonstra que sobriam R\$ 150 mil para todo o resto das ações relativas à pandemia.

O relatório afirma, ainda, que boa parte desse valor sobrou dos R\$ 24,5

bilhões que o país dispunha em 2020 para ingressar no consórcio *Covax Facility*, da Organização Mundial da Saúde (OMS), o que não aconteceu. No ano passado, boa parte dos recursos foi destinada ao auxílio emergencial e ao Benefício emergencial, voltados para a crise econômica.

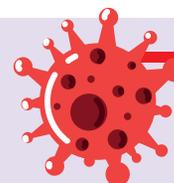
Além desse dinheiro, o governo distribuiu outros R\$ 20,4 bilhões entre os outros ministérios, somando R\$ 40,5 bilhões, o equivalente a 6,7% dos R\$ 604,7 bilhões disponíveis no ano passado. Na época, esse dinheiro foi destinado "principalmente às consequências econômicas da crise", como auxílio emergencial (R\$ 322 bilhões), Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda (R\$ 51,55 bilhões) e auxílio a estados, municípios e DF (R\$ 79,19 bilhões).

"Com a ausência de recursos previamente destinados ao enfrentamento da pandemia", escrevem os fiscais do TCU, o governo editou medidas provisórias que elencam, "de forma genérica", algumas despesas, como compra "de equipamentos estratégicos".

O Ministério da Saúde se justificou dizendo que "a situação epidemiológica atualmente verificada não era certa em meados de 2020", quando o Orçamento foi planejado. O Tribunal respondeu dando 15 dias para que seja incluída dotação para o combate à Covid-19 no Orçamento.

Tratoração

Enquanto isso, há um orçamento paralelo que foi recém-descoberto e sugere a compra explícita de apoio político. Já apelidado de 'tratoração', o esquema parece ser uma espécie de 'mensalão' disfarçado de emendas parlamentares, envolvendo a destinação de R\$ 3 bilhões em emendas do Orçamento federal a alguns parlamentares escolhidos, que puderam utilizar parte significativa dessa verba à compra de tratores e outros maquinários a preços superfaturados.



ATRITOS

A relação entre o governo Bolsonaro e o TCU tem sido eivada de crises. Entre elas, destacam-se:

- Omissão da Casa Civil frente à pandemia**
 A área técnica do TCU recomendou a abertura de um processo para averiguar a conduta do general Braga Netto, atualmente à frente do Ministério da Defesa, no combate à Covid-19 no período em que comandou a Casa Civil. Enquanto coordenou o Comitê de Crise do governo, o general teria cometido "graves omissões" como "não ter contribuído da forma que seria esperada para a preservação de vidas".
- Pazuello sem liderança**
 O ministro do TCU Benjamin Zymler afirma que o Ministério da Saúde, então comandado pelo general Pazuello, abriu mão de liderar o enfrentamento à pandemia, como comprova a mudança no plano de contingência do órgão na pandemia, com a finalidade de retirar responsabilidades do governo federal sobre o gerenciamento de estoques de medicamentos, insumos e testes.
- 'Pedalada fiscal' no Orçamento de 2021**
 O acordo para destravar o Orçamento de 2021 pode levar órgãos a recorrerem a "pedaladas de fim de ano" para conseguir honrar suas obrigações e manter a máquina funcionando.
- Wajngarten afastado**
 O TCU demandou o afastamento de Fábio Wajngarten da chefia da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), em julho de 2020. O motivo seriam denúncias de que a Secom vinha descumprindo determinação da Controladoria-Geral da União (CGU) e mantendo em segredo dados sobre gastos com publicidade na internet. Embora não tenha sido atendido na ocasião, a demissão de Wajngarten ocorreu em março de 2021.
- Banco do Brasil em sites de fake news**
 Em maio de 2020, o TCU ordenou a imediata suspensão da veiculação de publicidade do Banco do Brasil em sites, blogs, portais e redes sociais acusados de espalhar fake news.
- 'Passar a boiada'**
 Junto ao Ministério Público Federal, o TCU enviou pedido ao STF para vetar todo e qualquer corte de orçamento destinado à área do meio ambiente.

Há 40 anos escrevendo uma história de luta

O ANDES Sindicato Nacional se faz presente em todos os contextos e em todas as conjunturas como um grande instrumento de lutas. O ANDES-SN se mantém firme na sua concepção de um Sindicato autônomo, independente de patrões, de governos, de administrações das Universidades. Isso faz do ANDES-SN representante da sua categoria e também um instrumento de luta para a classe trabalhadora no Brasil.

Comemorar 40 anos é resgatar a história e ter a certeza de que o ANDES-SN é um sindicato representativo e que não renuncia à luta. Para esta edição do INFORMANDES, a equipe de comunicação do Sindicato Nacional conversou com ex-presidentes e ex-presidentas, que contam um pouco de como a história do ANDES-SN se confunde com a história de cada um deles e delas. Confira a última etapa de entrevistas.

1986-1988

Newton Lima Neto



“No início da década de 80, fundamos a ANDES com o propósito de defender a universidade pública, a categoria e a democracia, com o fim do Estado autoritário. Quem poderia esperar que, 40 anos depois, nossa entidade teria os mesmos desafios. Para mim, ingenuamente, isso era inimaginável. Afortunadamente, temos no ANDES um sindicato combativo e atuante que, ao lado das forças democráticas, vai mais uma vez contribuir para que o Brasil reencontre seu caminho de uma nação soberana, democrática e popular!”

1982-1984

Luiz Pinguelli Rosa



Luiz Pinguelli foi procurado por nossa assessoria via telefonema e whatsapp. Porém, até o fechamento da edição, não nos retornou.

1988-1990

Sadi Dal Rosso



“Parte de um grande movimento nacional contra a ditadura militar, foi criada a Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que depois transformamos no ANDES Sindicato Nacional. Essa é a sua vocação. Uma entidade de luta, em primeiro lugar e, em segundo lugar, uma entidade de caráter abrangente e nacional. Esse é o ANDES que nós fundamos e esse é o ANDES que nós queremos!”

1998-2000

Renato de Oliveira



“A Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior propunha-se algo novo no Brasil: um sindicalismo radicalmente autônomo em relação ao Estado, avesso ao corporativismo, plural e comprometido com o engajamento da Universidade na construção da democracia. Apoiei sua transformação em sindicato em sentido estrito, e creio que isto foi um erro. O ANDES-SN estreitou suas bases de atuação, trocou o pluralismo pelo monolitismo ideológico e perdeu representatividade. Hoje reflete a crise geral do sindicalismo e perdeu sua vocação de elo entre a Universidade e os setores democráticos da sociedade civil”.**

40 anos
ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS



**Exerceu a presidência no período de 1998/2000 e foi suspenso pelo 44º CONAD por 60 (sessenta) meses, por descumprimento do art. 30, II e IV do Estatuto do Sindicato e hoje encontra-se desfilado.